



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDAO Nº 599/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1625/2014 (2 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sra. Christianny Costa Sena, Diretora Geral do ICAM, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 31/2014 (fls. 266/275).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2610/2014-MP-FCVM, da Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 277/279).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Saúde da Criança do Amazonas. Exercício de 2013.

Contas irregulares. Revelia. Multa. Prazo. Autorizada inscrição na Dívida Ativa. Recomendação à origem. Notificação à interessada.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas no sentido de:

9.1- Julgar IRREGULARES AS CONTAS do ICAM – Instituto de Saúde da Criança do Amazonas, relativo ao exercício de 2013, conforme dispõe o Art. 22, III, b da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Julgar REVEL a gestora responsável, Sra. Christianny Costa Sena, Diretora Geral do ICAM, recaindo os devidos efeitos da revelia;

9.3- Aplicar MULTA a Sra. Christianny Costa Sena, Diretora Geral do ICAM, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no **valor de R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos de real); em face o disposto no itens 17 a 20, do presente Relatório/Voto;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multa no montante de R\$ R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos de real) aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de Cobrança Executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 599/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.5- Autorizar desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação e não interposição de recurso com efeito suspensivo, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.6- RECOMENDAR à origem que observe com rigor o cumprimento das normas legais, principalmente no que diz respeito as inconsistências encontradas no Balanço Financeiro, quanto aos Depósitos de Diversas Origens;

9.7- NOTIFICAR a interessada com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 08 de outubro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição.